ISSN: 2358-8829

ENTRE MANCHETES SABERES E REVOLTA: A PRIMEIRA EDIÇÃO DO "JORNAL DE PRINCEZA" COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO PARA A ABORDAGEM A RESPEITO DA REVOLTA DE PRINCESA ISABEL.

Maria Clara Conserva de Arruda Rodrigues [1]

INTRODUÇÃO

Fontes históricas são o alicerce para a construção da identidade e conhecimento de um indivíduo ou corpo social. Bem como, para o desenvolvimento da produção de escritos e materiais didáticos para a preservação e divulgação de recortes históricos. Esses vestígios produzidos e modificados pelos indivíduos, permitem aos sujeitos da posteridade reconhecer e aprender a respeito da história do seu território no âmbito geográfico, cultural e emocional. Não restringindo-se apenas em relatos acerca desses eventos, mas também vestígios de caráter documental ou jornalísticos a depender do período observado.

Desse modo, a utilização de jornais, matérias, revistas e produtos de mídia no âmbito educacional, seja em sala de aula ou em projetos extraclasse, permitem ao docente e discente utilizarem–se de meios alternativos para construir o processo dialético de aprendizagem. Não havendo necessidade de limitar-se a utilização do livro didático, como recurso único. Tendo em vista que, temas mais específicos como a analisada Revolta de Princesa não se encontram em rodapés de páginas dos capítulos acerca da revolução de 30. Logo, a superação da prática dialética do ensino e aprendizado centrados no instrumento do livro didático.

A utilização do jornal enquanto recurso de amparo educacional permite aflorar a interpretação crítica de linguagens documentais diversas. Torna-se importante reforçar a respeito do aspecto de modulador de narrativas, que a imprensa enquanto órgão de comunicação com o corpo social detém. Como exprime Michel Foucault, na obra "A ordem do discurso" (1970). No trecho: "O discurso não é simplesmente aquilo que traduz

[1] Graduando do Curso de História da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG; claraarrudac@gmail.com

as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar.” (PG. 10). Portanto, a percepção entre memória e disputa de poder narrativo.

Ademais, a revolta de princesa (1930) enquanto tema abordado também transita nessa corda bamba do controle narrativo. Período reconhecido pelo conflito armado e prolongado durante os meses de fevereiro e julho do referido ano. Embate entre dois grupos de ação incisiva. Um liderado pelo Coronel José Pereira Lima e o outro pelo governador vigente João Pessoa. O movimento dentre suas peculiaridades deflagrou a independência do território de Princesa Isabel da jurisdição do estado da Paraíba - a época Parahyba - , permanecendo subordinado ao poder central.

O “Território Livre de Princeza” como ficou conhecido esse processo durante a desvinculação da união. Proclamado na primeira página da edição única do “Jornal de Princeza” , órgão representativo oficial do território. No decreto N. 1, de 9 de Junho de 1930, com as seguintes palavras:

“Decreta e proclama provisoriamente a independência do município de Princeza, separado do Estado da Parayba e estabelece a forma pela qual elle deve reger. A administração provisória do Território de Princeza instituída por acclamação popular, decreta e exclama a resolução seguinte:

Artigo 1: - Fica decretada e proclamada provisoriamente a independência do município de Princeza deixando o mesmo de fazer parte do Estado da Parahyba do qual está separado, desde 28 de fevereiro do corrente anno.

Artigo 2: - Passa o município de Princeza a constituir com os seus limites actuaes um território livre que terá a denominação de Território de Princeza.

Artigo 3: - O Território de Princeza assim constituído permanece subordinado politicamente aos poderes públicos federaes, conforme se acham estabelecidos na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Artigo 4: - Enquanto pelos meios populares não se fizer a sua organização legal, será o Território regido pela administração provisória do mesmo território.

Cidade de Princeza. em 9 de junho de 1930.

JOSÉ PEREIRA LIMA
JOSÉ FRAZÃO MEDEIROS LIMA
MANOEL RODRIGUES SINHÔ

Exprimindo as demandas - provisórias - que nasciam junto do território recém independente da égide e representação pelo governador João Pessoa, a outra face do conflito. Compreendendo o cenário nacional no ano específico de 1930 é pleno conceber a respeito da importância do debate e apresentação do referido tópico visando o cenário escolar da própria cidade.

O periódico "Jornal de Princeza" foi criado como suporte narrativo e canal de comunicação para a estabilização do Território de Princeza. Palmira Karlyere de Andrade no texto "Política e relações de poder na paraíba: a revolta de princesa (1930)" exprime em plena coerência o processo de desenvolvimento e fundação do periódico. No trecho:

> "Para dar mais bravura ao ato, foi criado em Princesa um jornal. Seu criador, Joaquim Inojosa, o escrevia e mandava imprimi-lo, clandestinamente, no Recife. Do mesmo, só chegaram a ser publicado dois exemplares. É importante ressaltar, que o jornal era todo confeccionado em Pernambuco, trazia em si, como sendo editado em Princesa. Este também contou com a contribuição dos Pessoas de Queiroz. (P. 421)"

Em virtude disso, o presente artigo visa por meio da utilização da imprensa enquanto caminho educacional metodológico. Ampliando a discussão a respeito do papel e das potencialidades da utilização de fontes históricas - aqui o jornal - no ensino de História. Outrossim, o escrito constrói-se com base em uma abordagem qualitativa, com o aporte teórico-metodológico em obras como: "Ensino de História: fundamentos e métodos" de Circe Maria Fernandes Bittencourt; "Didática e Prática de Ensino de História" de Selva Guimarães Fonseca e "A Revolta de Princesa: uma contribuição ao estudo do mandonismo local (Paraíba, 1930)" de Inês Caminha Lopes Rodrigues.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Chartier (2002), as representações referem-se aos modos como uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler em distintos lugares e momentos. Compreender a imprensa como instrumento de representação de uma sociedade ou parcela dela permite ao sujeito interpretar de modo mais crítico e incisivo os processos os quais constituem a construção narrativa de um período ou acontecimento.

Ademais, como mencionado, as narrativas atendem a as representações construídas. Logo, a utilização desses recursos – fontes – na prática de ensino requer a observação de especificidades.

O manuseio de fontes como jornais, vídeos, entrevistas ou relatos orais pressupõe um diálogo anterior e apresentação prévia ao alunado. De que modo podem analisar e extrair informações e interpretações a serem utilizadas. Bittencourt (2008), ao promover a discussão acerca das fontes como recurso de ensino, permite ao leitor conceber os meios de efetuar em sala de aula a utilização e articulação dos materiais.

O ensino de história enquanto disciplina curricular passou por diversas transformações ao longo do tempo, especialmente no que se refere a suas metodologias práticas de intervenção no ambiente escolar. O predomínio da concepção bancária da ação educativa relegou a história uma fundamentação voltada para a memorização de datas, acontecimentos e - grandes - nomes. Onde, a narrativa apresentada em grande maioria era sempre e sem ressalvas a perspectiva dos grandes acontecimentos e vencedores.

As transformações no campo historiográfico bem como no educacional contribuíram para a estruturação dessas novas perspectivas de ensino. A progressiva ampliação dos objetos de pesquisa e a incorporação de novos sujeitos e inserção de novas fontes repercutiram diretamente nas práticas pedagógicas. Logo, a história passou a ser compreendida a partir de uma observação mais abrangente, englobando diferentes experiências sociais, econômicas e políticas.

Bittencourt (2008) destaca também a importância de se compreender os materiais didáticos para além da sua utilização tradicional, considerando as possibilidades. Nesse ínterim, documentos históricos - como o Jornal de Princeza - auxiliam o corpo de alunos para conhecer os meios de produção e interpretação acerca do passado. Entrando em contato com um documento o aluno pode identificar informações, formular hipóteses e construir relações entre diversos acontecimentos.

Importante destacar que o documento aqui utilizado como objeto de análise o “Jornal de Princeza” não deve ser apresentado enquanto uma verdade absoluta. Por conta disso, é necessário conduzir os alunos para compreender os limites e instigar a crítica a sua organização. Como por exemplo, qual a linguagem, manchetes e outros artifícios utilizados nessa edição única. Assim, trabalhar com jornal em sala de aula exige uma abordagem que ultrapasse a leitura superficial.

ISSN: 2358-8829

Fonseca (2009) contribui para a discussão ao promover a reflexão sobre experiências pedagógicas, pesquisa, ensino e produção de conhecimento no âmbito escolar. Valorizando a participação dos estudantes na construção da prática escolar dialética. Essa perspectiva é extremamente válida no trabalho com a História Local. A utilização de documentos relacionados ao município dos estudantes permite o estabelecimento de conexões entre o conteúdo curricular e sua vida cotidiana. O passado comumente apresentado como algo distante e os grandes acontecimentos relegados a parte de cima do hemisfério encontram corpo numa realidade mais próxima e tangível para esses jovens.

O movimento ocorrido em Princesa Isabel em 1930 adquiriu características próprias, incluindo a estabilização de forças armadas e um jornal independente para circulação de notícias sobre o recém território livro. A dimensão simbólica do conflito dispõe de relevância tanto quanto sua dimensão militar. Em vista de que os envolvidos disputam também a legitimidade de suas ações frente a interpretação popular.

Desse modo, é nesse contexto que se insere a publicação do Jornal de Princeza, datado de 21 de junho de 1930. O periódico constitui-se como um instrumento de legitimação do projeto político que vinha sendo defendido. A referida edição conta com elementos em sua folha de rosto como por exemplo: O decreto nº 1, de 9 de junho de 1930; a coluna “Avante”; “A situação das nossas tropas”; “Dinheiro Falso” e “Dois brasileiros que dignificam o Brasil”.

Tais elementos são importantes para se compreender a finalidade intencional do periódico. É necessário, contudo, evitar que tais recortes sejam interpretados de maneira isolada. A promoção da análise deve considerar a composição geral do objeto. Interpretando os textos, a disposição gráfica, os títulos e a linguagem empregada. Como por exemplo, a colocação de “órgão oficial”, a qual pode ser problematizada a partir de questões sobre o significado do termo oficial.

Desta mesma forma, a coluna “Avante!” pode ser utilizada para promover a discussão sobre a dimensão mobilizadora da imprensa como recurso de comunicação. A linguagem empregada sugere um incentivo, uma convocação. Bem como, a “A situação das nossas tropas”, a qual permite problematizar o modo como o movimento apresentava sua organização militar. Essas observações demonstram que o jornal pode ser utilizado para discutir a relação entre poder e narrativa de imprensa.

Ademais, quatro possibilidades de intervenção e utilização prática em sala de aula do documento apresentado. Uma primeira possibilidade consiste na apresentação da primeira página do periódico, para que os estudantes observem as informações presentes nesse primeiro recorte e identifiquem questões de interesse. Como por exemplo: motivação de publicação? Quem era o responsável pelo jornal e o que aconteceu no ano de 1930 na cidade de Princesa Isabel.

Em seguida, é possível problematizar as circunstâncias que culminaram na sua produção. Qual a importância do decreto? Qual a validez da colocação de "Órgão Oficial". Essas questões permitem relacionar o documento às estratégias de comunicação e reafirmação política. Outra possibilidade consiste no exercício comparativo entre o Jornal de Princeza e outros periódicos, os quais circularam no período. Como por exemplo: A União e o Jornal do Commercio, os quais também discutiam a Revolta de Princesa. Para comparar figuras de linguagem, decisões narrativas e exclusões.

Além disso, o documento pode ser analisado à luz de atividades de interpretação textual. Os estudantes podem selecionar expressões que não conhecem e exercitar a busca por significados. Em "Avante!", por exemplo, pode ser utilizado como ponto de partida para uma reflexão acerca dos discursos de mobilização e incentivo. Em "A situação das nossas tropas" os alunos podem ser incentivados a discutir o papel militar no contexto. Nesse sentido, o professor pode questionar como as notícias sobre as tropas poderiam influenciar a percepção dos leitores do jornal acerca do conflito.

Visando, o sentimento de pertencimento histórico que os estudantes venham a desenvolver, é necessário compreender que a percepção de pertencimento não pode ser construída por meio da visão idealizada do passado. O ensino de História deve permitir que esses jovens reconheçam as contradições e lacunas do processo histórico. A abordagem pedagógica não deve transformar o movimento em uma narrativa heroica, tampouco reduzi-lo a uma explicação puramente negativa.

Outro aspecto de extrema relevância diz respeito à preservação do patrimônio documental. O educador pode discutir a importância de acervos históricos, da biblioteca e de outras instituições de preservação de elementos históricos. Apesar das possibilidades oferecidas pelos jornais impressos, é preciso reconhecer que as informações divulgadas por um periódico são frutos de condições e contextos específicos, os quais atendem em maioria a interesses políticos, econômicos e sociais.

ISSN: 2358-8829

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vias de conclusão, a utilização de fontes históricas como o jornal representa uma importante possibilidade para o fortalecimento do ensino de História. Nesse sentido, a primeira e única edição do Jornal de Princeza, publicada em 21 de junho de 1930, apresenta-se como um recurso documental significativo para a abordagem pedagógica da Revolta de Princesa Isabel, possibilitando aos estudantes o contato com uma produção jornalística elaborada durante o próprio conflito.

De modo que, a relevância do periódico não está apenas em sua condição de registro de um acontecimento histórico, mas também na possibilidade de compreender como determinados grupos políticos procuraram construir e divulgar representações sobre suas ações. Sua apresentação como órgão oficial do Território de Princeza, a publicação do Decreto nº 1, de 9 de junho de 1930, e a presença de colunas como "Avante!" e "A situação das nossas tropas" constituem elementos que permitem discutir a relação entre imprensa, política e poder no contexto da Revolta.

No campo educacional, essa compreensão é fundamental, pois permite superar práticas de ensino fundamentadas exclusivamente na memorização de acontecimentos e na reprodução de informações. A utilização do documento como instrumento pedagógico possibilita que os estudantes desenvolvam habilidades de observação, interpretação, comparação e problematização, aproximando-os dos procedimentos utilizados na construção do conhecimento histórico.

As contribuições de Circe Maria Fernandes Bittencourt (2008) e Selva Guimarães Fonseca (2009) demonstram a importância de pensar o ensino de História a partir de diferentes materiais e experiências pedagógicas. A incorporação de documentos históricos ao cotidiano escolar permite ampliar as possibilidades de aprendizagem, incentivando a participação dos estudantes e a construção de interpretações fundamentadas.

Da mesma maneira, a produção historiográfica de Inês Caminha Lopes Rodrigues (1978) oferece elementos importantes para contextualizar a Revolta de Princesa, permitindo compreender o conflito a partir das relações de poder e das estruturas políticas existentes na Paraíba durante a Primeira República. Outro aspecto que merece destaque é a contribuição do estudo da História local para a formação dos estudantes. O contato

com documentos relacionados à história de sua própria região pode favorecer a aproximação entre os conteúdos escolares e as experiências sociais dos discentes.

Entretanto, a construção desse sentimento de pertencimento deve estar acompanhada de uma abordagem crítica. Não se trata de transformar os acontecimentos locais em narrativas de exaltação de personagens ou grupos políticos, mas de proporcionar condições para que os estudantes compreendam as contradições e a diversidade de experiências que constituem a história de sua comunidade.

É importante ressaltar que a utilização de uma única edição não limita as possibilidades pedagógicas do periódico. Pelo contrário, sua singularidade pode ser explorada como elemento de investigação, estimulando questionamentos sobre as condições de produção, circulação e interrupção da publicação. O fato de o jornal não ter apresentado continuidade constitui, por si só, uma questão que pode ser investigada a partir de outras fontes documentais e da contextualização histórica.

Por fim, considera-se que aproximar os estudantes de fontes históricas relacionadas à sua própria realidade social representa uma contribuição importante para a formação histórica e cidadã. Ao reconhecerem que os documentos são produzidos por sujeitos inseridos em determinadas circunstâncias e que suas interpretações podem ser questionadas, os discentes passam a compreender a História não como um conhecimento acabado, mas como um campo de investigação e construção permanente.

Palavras-chave: Imprensa, Jornal, Revolta de Princesa, Didático.

REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. 2.ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados. 8. ed. Campinas: Papirus, 2009.

JORNAL DE PRINCEZA. Órgão Oficial do Território de Princeza. Princeza, 21 jun. 1930. Ano I, n. 1.

ISSN: 2358-8829

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. A Revolta de Princesa: uma contribuição ao estudo do mandonismo local (Paraíba, 1930). João Pessoa: A União, 1978.